



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 102ª reunião, realizada em 10 de agosto de 2017

1 Em 16 de fevereiro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada Jequitinhonha (URC Jequitinhonha) do Conselho Estadual de
3 Política Ambiental (COPAM), no Ginásio Poliesportivo Renato Azeredo, em
4 Diamantina, Minas Gerais. Participaram os seguintes membros titulares e
5 suplentes: o presidente Clésio Cândido Amaral, representante da Secretaria
6 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).
7 Representantes do poder público: Vilson José de Amorim, da Secretaria de
8 Estado de Cidades e de Integração Regional (Secir); Tamara Marques
9 Veríssimo, da Secretaria de Estado de Integração e Desenvolvimento do
10 Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor); Luiz Fernando Alves da
11 Silveira, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop);
12 Luiz Gustavo Patuzzi Bortoncello, do Ministério Público de Minas Gerais;
13 Washington de Miranda Melo, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG);
14 Erika Cristina Miranda Fernandes, da Prefeitura Municipal de Diamantina;
15 Bruna de Souza Otoni, do Comitê de Bacia Hidrográfica JQ2.
16 Representantes da sociedade civil: Ézio Darioli, da Federação das Indústrias
17 do Estado de Minas Gerais (Fiemg); José Otoni Alves Campos, Federação
18 da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Alex Mendes
19 Santos, da ONG Caminhos da Serra – Ambiente, Educação e Cidadania;
20 Carlos Eduardo Teixeira Nery, da Sociedade Amigos do Tabuleiro; José
21 Ezequiel Santos da Silva, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
22 de Minas Gerais (Crea-MG); Andreza Lemos Meira, da Universidade do
23 Estado de Minas Gerais (Uemg); Soraya de Carvalho Neves, da
24 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).
25 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
26 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Clésio
27 Cândido Amaral declarou aberta a 102ª reunião da Unidade Regional
28 Colegiada Jequitinhonha. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**
29 **ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Alex Mendes Santos: “Eu só gostaria de
30 informar que, se a reunião se estender até mais do que 15h30, eu vou ter
31 necessidade de sair, tendo em vista uma reunião com a Gerência de
32 Unidades de Conservação que já estava marcada há um tempo.”
33 Conselheiro José Otoni Alves Campos: “Boa tarde a todos. Eu quero falar
34 para vocês o seguinte. Eu já estou, como se diz, começando a me despedir
35 do COPAM. Eu já tenho dez anos de COPAM, eu acho que está na hora de
36 ceder o espaço para outro pessoal. Mas eu acredito que continuo até o fim
37 do ano e talvez até o meio do ano. Como eu tenho muita coisa para falar, e,

38 graças a Deus, parece que os companheiros quase não têm nada a falar, eu
39 vou pedir ao Ângelo: eu tenho algumas considerações aqui que vimos
40 falando desde o primeiro momento e eu acho que é importante estar
41 reprisando. A barragem de Setúbal, uma barragem feita pelo governo do
42 Estado, através da Ruraminas, que tomou conta da obra, e não sabemos o
43 que está acontecendo, porque, do rio Araçuaí até onde o Setúbal desagua, é
44 uma qualidade de água. A partir do momento em que a barragem do Setúbal
45 deságua no Araçuaí, totalmente diferente a coloração da água. Parece
46 quando você tem um leite e joga bastante chocolate nele. Essa é a água que
47 nós estamos recebendo em Araçuaí. Eu não sei o que pode ser feito, Ângelo.
48 Fala-se que tem falha na comporta, que não houve supressão totalmente,
49 cortaram a vegetação e não eliminaram de dentro do leito. Eu só sei que isso
50 está terrível na região. É uma reclamação geral. Sobrevoando dá para ver,
51 nitidamente, uma água e a outra, a partir de onde o rio deságua até lá.
52 Então, nós gostaríamos de pedir, ver o que pode ser feito. Talvez não ser
53 exclusivo, mas, quando tiver alguma missão no Baixo, no Médio, que dê uma
54 chegada até a barragem ou entre em contato com a Ruraminas, porque hoje
55 não sabemos quem coordena. Eu só sei que quem fez foi a Ruraminas.
56 Outra coisa é o seguinte. Desde a primeira reunião, vimos falando a respeito
57 da Copasa de Araçuaí. Eu não sei o que acontece, mas vemos cidades com
58 qualidade, e em Araçuaí eu não sei o que acontece. Fizeram um tratamento
59 dentro de uma APP, as elevatórias para esse tratamento, quando chove,
60 ficam dentro d'água. O certo é que a jusante da cidade de Araçuaí até o
61 entroncamento com o rio Jequitinhonha ninguém pode tomar banho mais.
62 Então, estão levando água para as fazendas, para o pessoal do meio rural,
63 porque não se pode mais beber essa água. Eu não sei o que aconteceu. A
64 gente vem falando, falando, enquanto tivermos coragem de falar, eu vou
65 continuar falando, porque está lá para todo mundo ver. Está só aumentando
66 redes, ruas que não tinham rede estão aumentando. Eu vi o projeto inicial,
67 tinha lagoas de decantação, e essas lagoas não foram feitas. Então, essa
68 situação da Copasa em Araçuaí, especificamente. Nós já pedimos aqui uma
69 análise da água a montante da cidade e a jusante da cidade, e isso nunca foi
70 nos apresentado. E há muitos anos. Então, nós ficamos achando, será que
71 compensa brigar, será que compensa reagir contra os órgãos que deveriam
72 dar exemplo. Então, aí vai a nossa dúvida. Outra coisa é o seguinte. Nós
73 sabemos que, na década de 80, a Cemig começou um projeto da barragem
74 do rio Araçuaí. Barragem essa que, na ida do governador a Virgem da Lapa
75 agora, ele questionou. O prefeito de Jenipapo de Minas perguntou como
76 estava o andamento. Nós sabemos que a Cemig fez a desapropriação, fez o
77 canteiro de obras, colocou energia no local, marcou o local, que se chamava
78 Santa Rita. Na época, a Cemig era totalmente estadual, hoje, com esse
79 capital de outras pessoas na Cemig, talvez a barragem não vai ser mais
80 aquela barragem de geração de energia, vai ser uma barragem de

81 sobrevivência da população toda que está às margens do Araçuaí,
82 principalmente no médio Jequitinhonha. E a nossa preocupação é muito
83 grande porque vimos falando isso. Tem 46 anos que eu moro em Araçuaí, só
84 caindo, caindo, e não queremos, daqui a dez, 20 anos, falar 'o rio Araçuaí
85 passava aqui'. Você, Ângelo, como órgão representante da região, pessoa
86 ligada ao governo, leve essa preocupação nossa, não só porque eu
87 represento todo o Vale, a Faemg, os produtores rurais, mas a tendência lá do
88 rio é secar. Isso, quem quiser ver, pode chegar lá e ver a olho nu que vai
89 secar. Outra coisa é o seguinte. Que pena que o Dr. Luiz Gustavo não está
90 aqui hoje presente, mas é um promotor que merece, além dos outros que
91 passaram aqui, todo o nosso respeito. O Dr. Luiz Gustavo é uma pessoa
92 toda especial para nós em Araçuaí. Eu o convidei para ser o padrinho nosso,
93 e ele fez o compromisso de ir lá e foi. Já evoluiu bastante, a licitação da
94 ponte foi feita. Foram entregues os envelopes no dia 2 de junho e abertos no
95 dia 26. Uma empresa foi considerada vencedora, a Vereda Engenharia, mas,
96 depois, teve um problema com a Trena Engenharia. Um apresentou um valor
97 de R\$ 14.445.000, a outra apresentou o valor de R\$ 14.443.000. Porém, a
98 que apresentou R\$ 14.443.000 teria que apresentar toda a documentação
99 escrita e apresentou uma parte em CD. Isso está na Justiça. É uma pena
100 que o Dr. Luiz Gustavo não esteja aqui, porque só ele pode questionar para
101 nós ou talvez o Ângelo também, ver para nós como está a situação lá.
102 Porque as duas empresas estão aguardando a decisão da Cemig. A Vereda
103 fez o recurso e está aguardando a decisão para ver como é que fica. Outra
104 coisa é o seguinte, Ângelo. A cada dia que passa nós vemos chegar mais
105 uma multa, mais um questionamento. Eu cheguei a pedir aqui a
106 Supramzinha no Jequitinhonha, mas hoje estamos vendo a dificuldade. Nós
107 ficamos satisfeitos com o escritório da Supram Jequitinhonha, porque não se
108 admite mais querer andar em dia, querer ser correto com a parte ambiental e
109 não ter como. A parte que diz respeito à prefeitura, que foi solicitada pela
110 Supram, a prefeitura fez toda a reforma. E está dependendo de vocês irem lá
111 ou talvez designar algum funcionário para lá – talvez já esteja até designado,
112 e eu não esteja sabendo – para esse escritório nosso funcionar. Porque nós
113 queremos acompanhar de perto essa situação do escritório da Supram em
114 Araçuaí. Sabemos que não vai fazer tudo, porque muitas coisas também
115 estamos podendo fazer via internet, mas vai ser uma grande valia esse
116 escritório para nós. E eu acredito em você, Ângelo, eu acredito que você vai
117 conseguir esse escritório para nós lá. Outra coisa é o seguinte. Eu não estou
118 querendo aparecer, porque a Casa está vazia, mas quero pedir que os
119 funcionários da Anglo American... Pedir até desculpas ao Cadu, porque fiquei
120 uns 15 anos sem passar em Conceição do Mato Dentro. Passei, exatamente,
121 no dia 26 de junho e tive uma surpresa muito grande com a cidade. Agora,
122 eu passei dentro da cidade, fui ao santuário, rezei, eu vi como a cidade
123 evoluiu. Quem dera Minas Gerais tivesse uma Anglo American pelo menos

124 de 100 em 100 km, porque nessa situação não estaria nem todo mundo
125 chorando. Eu quero que vocês, que são representantes da Anglo American,
126 levem essa consideração nossa, porque eu vou sair do COPAM com a minha
127 alma lavada. Desde o primeiro momento, eu votei a favor, não tenho
128 arrependimento e venho cobrando de órgãos do Estado que deveriam dar
129 exemplo. Aí, o Cadu pode falar. Você visitou a parte urbana, da parte
130 ambiental você não viu como está a situação. Agora, qualquer um de vocês
131 pode visitar onde foi implantada a Copanor, que é um filhote, uma cria da
132 Copasa, e ver se houve melhora ou piora, não só na parte urbana, como
133 também na parte ambiental. Isso falando da Copanor, mas a Copasa
134 também. Lá em Araçuaí tem calçamento de 30 anos que não tinha um
135 buraco. A partir do momento em que a Copasa abriu para fazer o esgoto, o
136 calçamento acabou. Porque abre e não repõe do jeito que estava. Então, eu
137 quero que fique gravado. Eu estou com minha consciência limpa, com minha
138 alma lavada pelo desenvolvimento que houve na parte urbana de Conceição
139 do Mato. A minha primeira viagem – eu estou com 69 anos –, o meu primeiro
140 ano, eu passei em Conceição do Mato Dentro, em 1949. Eu sou de 48. Nós
141 tínhamos que levar água lá da fazenda para poder tomar banho em
142 Conceição do Mato Dentro. Senhor presidente, eu achei que não havia mais
143 ninguém para poder falar, como nós temos meia hora, mas me desculpem,
144 porque eu estou perto de dar até logo para vocês. Então, vocês que são da
145 Anglo American, levem esse nosso reconhecimento. Muito obrigado, senhor
146 presidente, e estamos à disposição. O que eu puder fazer para vocês, eu vou
147 estar sempre à disposição.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Boa tarde a
148 todos. Estou começando a minha vida aqui no Conselho, o Antônio saindo,
149 eu entrando, mas estamos no mesmo lugar, e eu acredito que a luta é a
150 mesma. Eu tenho um informe sobre o Fórum Mineiro de Comitês de Bacia,
151 que vai acontecer em Araçuaí nos dias 17 e 18 de agosto, na Câmara
152 Municipal. E gostaria da presença de vocês, de quem puder estar presente,
153 porque nós vamos conversar lá sobre essas demandas quanto a
154 esgotamento sanitário, quanto a abastecimento de água, e propor soluções,
155 até mesmo parceria com o órgão. Eu acredito que, mesmo que tenhamos
156 passado por um processo eleitoral agora, tem representante da Secretaria de
157 Estado e chegou o momento de estarmos mais próximos do JQ2 para
158 conversar sobre os problemas da bacia, que não ocorrem só em Araçuaí,
159 mas ocorrem com um todo, com todos os outros municípios. Ângelo, eu
160 conversei com o Wesley e trouxe um parecer feito na Secretaria de Araçuaí
161 sobre a questão ambiental, crimes ambientais e infrações da Copasa e a
162 Copanor. Eu já solicitei também à Arsa, que esteve na audiência pública
163 sobre a revisão tarifária, entreguei, solicitei também que ela também faça a
164 sua parte, fiscalizando. Então, já que nós temos todas essas demandas. E já
165 temos um parecer sobre os locais em que estamos tendo problema,
166 distribuindo uma água de péssima qualidade e voltando pior ainda para os

167 rios, visto que estamos com o rio Gravatá em estado de calamidade, o
168 ribeirão Calhauzinho, todos estão sendo contaminados com esgoto sem
169 tratamento. E o Araçuaí, com os problemas da devolução da água da
170 estação de tratamento. Então, eu vou protocolar um parecer e gostaria que
171 vocês dessem uma resposta sobre a questão de o órgão estar junto, não
172 ficar só com a Arsae. Visto que agora a Copanor vai ter os R\$ 40 milhões
173 destinados por ano da Copasa, pelo que foi informado pela própria Arsae.
174 Então, eu acho que chegou o momento de chegarmos juntos, porque não é
175 só distribuição, tem que ter qualidade e devolver esse efluente dentro das
176 condições da classe do corpo hídrico. Então, eu aguardo que vocês possam
177 comparecer lá e conhecer mais a realidade do Vale, do Médio e do Alto.”

178 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu tenho dois comunicados a fazer
179 também. Um é da Sede, do Núcleo de Apoio Operacional. Eles vão
180 encaminhar aos conselheiros, na próxima semana, um comunicado sobre os
181 encaminhamentos sugeridos. Foi sugerido que os membros da URC/COPAM
182 fossem treinados – eles vão receber esse treinamento – sobre as discussões
183 e propusessem temas que pudessem ser levados aos conselheiros. Cada
184 conselheiro vai receber um e-mail e cada um vai poder colocar três temas. O
185 outro comunicado é sobre uma moção de 2016 em relação a emissão das
186 AAFs para quartzito, extração mineral. A moção foi para que ‘a emissão de
187 novas AAFs sejam precedidas de vistoria do corpo técnico da Supram
188 Jequitinhonha; que, após a emissão da AAF, seja notificada a empresa no
189 ato da entrega do certificado para apresentação de um Plano de
190 Recuperação de Áreas Degradadas (Prad), no prazo máximo de 90 dias’. E o
191 terceiro item: ‘Que sejam realizadas ações constantes de fiscalização por
192 parte da Dmat/PMMG para coibir a degradação causada por empresas não
193 regularizadas ou que receberam autorização com informações que não
194 condizem com a realidade. A SEMAD respondeu isso, não acatou a moção.
195 Já tem sido uma constante a fiscalização de todas as AAFs emitidas pelas
196 Suprams, não só aqui como nas outras Suprams também. A partir do
197 momento em que a AAF é emitida, a Supram vai a fiscalização, até porque o
198 pressuposto legal – a resposta está aqui para quem quiser ler – é que todos
199 os meios de mitigar os impactos ambientais são de responsabilidade do
200 empreendedor – tem uma ART –, e ele é obrigado a cumprir isso. Não tem
201 uma prerrogativa que ele não pode. A AAF é apenas um documento
202 autorizativo. Todas as questões relacionadas aos impactos, ele tem uma
203 obrigação legal. Caso não a cumpra, ele vai sofrer todas as sanções da lei.
204 São os dois comunicados. Quem quiser ver depois a resposta, ela está aqui.”

205 Ângelo Márcio Gomes de Melo/Supram Jequitinhonha: “Aproveitar para
206 complementar a resposta do Clésio em relação à moção. Nós recebemos um
207 documento também da Subsecretaria de Fiscalização. A partir da legislação
208 21.972, a fiscalização se tornou regional, de responsabilidade nossa aqui da
209 Superintendência. Já no Plano Anual de Fiscalização, nós já diagnosticamos

210 esse problema, essa situação das AAFs, inclusive, dos irregulares. Tem
211 empreendedores, inclusive, que sequer têm qualquer tipo de licença para
212 fazer a mineração aqui, principalmente do quartzito, nessa região,
213 principalmente, do Batatal. Mas é na região de toda a Serra do Espinhaço
214 que está acontecendo essa procura pelo quartzito. Então, já estava na nossa
215 programação de fiscalização de 2017 e entrará também na fiscalização de
216 2018. Nós estamos muito preocupados com isso. O sargento Miranda tem
217 acompanhado, nós temos algumas fiscalizações conjuntas também com a
218 Polícia Militar a fim de coibir alguma informação prestada de forma errada,
219 no próprio FCE, ou de se ter uma autorização de uma área e estar fazendo
220 mineração em outra. Nós estamos observando isso tudo, a nossa
221 fiscalização está atenta para isso. Em relação ao questionamento do Sr.
222 José Otoni, eu já respondendo também à Bruna, com relação à Copasa.
223 Infelizmente, é recorrente o problema em toda a Bacia do Jequitinhonha. A
224 nossa fiscalização também já esteve em Araçuaí, já foram aplicadas várias
225 multas em relação a essa disposição de esgoto sem tratamento no rio
226 Araçuaí e em alguns efluentes do Araçuaí. E se persistirem nós pedimos que
227 vocês nos comuniquem para a fiscalização voltar. A fiscalização esteve lá,
228 recentemente, nos últimos dois meses, na ETE e também em alguns pontos
229 em que está acontecendo a disposição irregular desses efluentes líquidos no
230 curso d'água. Aí nós vamos verificar e pedir para a fiscalização voltar e
231 verificar essa situação. Em relação à barragem de Setúbal, ela não está
232 licenciada. Eu estive lá quando eu cheguei à Superintendência, em 2015, em
233 uma conversa com a equipe de direção da Ruralminas. Me parece que eles
234 são responsáveis pela barragem, mas ela não tem licenciamento. Então, se
235 tiver alguma irregularidade, eu vou aproveitar que o senhor já fez essa
236 denúncia aqui hoje e vou pedir à fiscalização para verificar. Porque não tem
237 licenciamento a barragem de Setúbal. Em relação ao escritório de Araçuaí,
238 nós estivemos no Fórum Regional do governo, em Almenara, no final do mês
239 agora, no dia 27, e aproveitamos e passamos em Araçuaí para ver o nosso
240 escritório lá. A sala parece que já está da forma como o prefeito fez o
241 compromisso de entregar. Nós vamos providenciar agora as divisórias e
242 mudar nosso escritório para lá. E vamos fazer uma miniSupram, porque
243 queremos emitir vários documentos em Araçuaí para facilitar a vida do povo
244 lá. Mesmo com a transferência do escritório para lá, nós vamos fazer muita
245 emissão de documento. Apesar de que a maior demanda que tinha na região
246 era a situação do cadastro de uso significativo e o governo conseguiu
247 resolver isso através de um sistema on-line, o próprio empreendedor pode
248 entrar no sistema e fazer esse cadastro, mas alguns outros serviços que
249 oferecemos aqui em Diamantina nós iremos oferecer também em Araçuaí.”
250 Conselheiro José Otoni Alves Campos: “Desculpa, senhor presidente, porque
251 o Dr. Luiz Gustavo chegou agora, e eu gostaria que ele estivesse presente
252 aqui na nossa fala. Eu falei aqui, doutor, que o senhor já é o quarto promotor

253 que acompanhamos aqui no COPAM, e eu não deixo de dar elogios ao
254 senhor pela conduta. Com apenas 30 dias que estava aqui em Diamantina,
255 foi até Araçuaí, onde fizemos uma reunião lá no rio Jequitinhonha, e já fluiu
256 muito. Se estava devagar, a Cemig ‘açoitou’ as suas obrigações. Só para o
257 senhor ter noção, doutor – eu não sei se o senhor está sabendo –, os
258 envelopes foram entregues no dia 2 de junho, abertos no dia 26, e agora
259 está na demanda lá porque uma empresa teve diferença para a outra em R\$
260 2.000, mas uma entregou em CD, e a outra, por escrito. Então, eu gostaria
261 de pedir ao senhor que continue nos ajudando. Não vá embora muito rápido,
262 não, porque o senhor vai se tornar o Sérgio Moro do Jequitinhonha, na parte
263 ambiental. Então, nós esperamos que o senhor continue e nos ajude, porque
264 o maior sonho, talvez o maior empreendimento que o município possa
265 receber é essa ponte lá no rio Jequitinhonha.” Conselheira Soraya de
266 Carvalho Neves: “Só para completar sobre a questão da moção de AAF
267 sobre quartzito. Realmente, como diria o promotor na última reunião, não
268 adianta chorar, porque é a lei. Foi a rejeição da SEMAD, que não acatou a
269 moção. Só que eu queria só fazer um alerta, porque estive no Espírito Santo
270 há pouco tempo, e o maior shopping de Vila Velha foi todo construído com
271 quartzito da Serra do Espinhaço, a saber, pela Mineradora Tracomal, que
272 todo mundo aqui já conhece de longa data. Eu sou geóloga e conheço o
273 meio de exploração mineral, e vários colegas meus do Espírito Santo estão
274 vindo a Diamantina procurando áreas para exploração de quartzito. A
275 demanda no mercado tem aumentado muito, está na moda, então, vai
276 aumentar a demanda, vai aumentar a quantidade de extração na nossa
277 região. E esse quartzito branco nosso é o mais procurado, está
278 supervalorizado no mercado. Então, só para dar um alerta em relação às
279 fiscalizações. Realmente, o montante do que está sendo extraído, a
280 documentação. Porque às vezes está com um grau de extração muito maior.
281 Só para alertar que o mercado está só aumentando, e vai tender, cada vez
282 mais, a aumentar a extração de quartzito na região. Outra coisa é em relação
283 ao patrimônio espeleológico, arqueológico e de fósseis, paleontológico, das
284 cavernas em quartzito. Nós estamos com um projeto. Começou com a
285 compensação da Anglo sobre o núcleo espeleologia. E à medida em que as
286 pesquisas estão avançando estamos vendo cavidades com espeleotemas de
287 grande relevância. Eu vou usar um termo leigo: um buraquinho que não valia
288 nada, se tiver um espeleotema... Estamos descobrindo micro-organismos,
289 bactérias, fungos que são exclusivos de caverna, e não existe publicação no
290 Brasil; micro-organismos fosforescentes. Se chegar à caverna, liga a luz
291 ultravioleta, começa a piscar tudo. Então, são coisas raras, que não têm na
292 literatura e estão começando agora. Então, ficar muito alerta com relação a
293 descrição espeleológica nos Prads. Eu não sei como está o sistema, mas
294 eles apresentam algum plano. Nesse caso, atentar, principalmente, à
295 questão espeleológicas, porque vai ser destruída muita coisa sem que

296 ninguém fique sabendo. Outra coisa que eu queria falar é que nós, como
297 conselheiros, temos que estar presentes nas audiências públicas da região.
298 Teve uma audiência pública, há pouco tempo, da Anglo, do projeto novo. É a
299 única hora que vamos ter uma chance de manifestar, de solicitar
300 compensação ambiental na região, porque, com a mudança da lei, foi tudo
301 para Belo Horizonte, e nós perdemos esse poder de deliberação e de
302 discussão dos assuntos aqui. Apesar de ser conturbado do jeito que era, era
303 muito produtivo. Naquele dia, então, tem que dar parabéns, inclusive, à mesa
304 porque nós ficamos lá até 1h da manhã. É muito importante a participação do
305 Conselho, de estarmos lá para manifestar, principalmente, quando for
306 questões de grande porte, mineração, barragem, para que possamos
307 manifestar a opinião do Conselho, porque essa vai ser a única chance.”
308 Conselheiro Alex Mendes Santos: “Eu fico muito triste, apesar de já esperar
309 que ela fosse negada, porque a situação é gravíssima. Nós estamos em
310 Gouveia, e esse Prad nós verificamos. E vamos vendo o abandono, a
311 mesma empresa citada já abandonou três lavras. Abandonou assim, ‘não
312 vou mexer aqui mais, tem um problema’. A gente reclama, ‘ah, não, nós
313 estamos desativando’. Mas continuam com outras solicitações outras AAFs e
314 vão continuando. E aí você vai cobrar, ‘não, nós não paramos o
315 empreendimento, nós não temos que recuperar agora, porque nós ainda
316 temos vontade de reverter’. Então, é uma coisa muito triste. Nós vamos fazer
317 uma expedição pela Bacia do Paraúna, vamos fazer esse levantamento, e
318 estamos chamando até de ‘Feridas e cicatrizes abertas da Bacia do
319 Paraúna’. E a intenção nossa é denunciar esse fato à Unesco. Nós vamos
320 fazer isso, porque não tem condições. Foi criada a Reserva da Biosfera, que,
321 em termos de proteção, não vemos nenhum sentido, não se faz nada.
322 Tentamos recorrer e não conseguimos. Então, nós vamos denunciar. Eu não
323 sei se eles estão sabendo o que está acontecendo aqui, mas, para nós, é
324 muito grave. E até a fiscalização ir verificar, a coisa já aconteceu, ninguém
325 vai fazer esse cara pagar, as empresas estão quebrando, ela quebra ali, e
326 pronto. Eu tenho um processo lá, da Liasa, e tem 20 anos. Está na
327 promotoria, e não se consegue. A Liasa fala que não foi ela, que ela passou
328 para não sei quem, não sei quem passou para não sei quem, que passou
329 para o outro. E está lá sangrando, assoreando o Paraúna, porque a
330 recuperação aqui no Espinhaço não é fácil, ela não acontece. Então, um
331 impacto cumulativo. Estão tendo as liberações uma atrás da outra. É só abrir
332 o Google ali, eu posso mostrar, uma mancha atrás da outra. Que dizer, uma
333 área de APA, a APA de Gouveia, dentro da área da APA. Era área de
334 preservação de fauna silvestre que foi arredada um pouquinho para lá, como
335 no caso da Anglo, para a mineração entrar. Há pouco tempo, teve uma visita,
336 e os caras dentro da área proibida. Então, eu acho muito difícil, realmente,
337 estou muito descrente nessa situação. Nós não desistimos, não largamos a
338 situação, mas com uma baixa estima muito grande. Não temos muita

339 expectativa de melhora.” Conselheiro Luiz Gustavo Patuzzi Bortoncello: “Eu
340 queria, rapidamente, cumprimentar a Supram pelo trabalho da audiência
341 pública de Conceição. Uma audiência pública bastante complicada. Em
342 relação à demanda da região, eu chamo atenção específica para um
343 assunto. Não adianta ficar discutindo, perdendo tempo discutindo se a
344 exploração de rocha ornamental tinha que ser AAF ou licenciamento. O
345 Executivo entende que é AAF e assim ele procede. Enquanto discutimos
346 isso, os empreendimentos vão se somando, vão se somando e vão se
347 formando. Então, em relação a isso, a Regional do Meio Ambiente já
348 monitorou pelo menos 38 áreas de exploração. Nossa dificuldade é que os
349 nossos braços são muito curtos para fazer uma fiscalização intensa em cada
350 uma dessas áreas. Mas será feita. Nessas áreas, geralmente, se encontra
351 impacto ambiental. Como a professora bem colocou, o perigo que isso
352 representa para o patrimônio histórico cultural é muito grande. Então, fica
353 meu pedido aos conselheiros e à própria Supram. Se surgirem demandas
354 dessas atividades de rocha ornamental, levem-nas à Regional do Meio
355 Ambiente. Nós já temos um plano de atuação traçado, já começamos a fazer
356 vistorias em cada empreendimento e estamos chamando os
357 empreendedores. Eu entendo que não adianta só ficar focando o Step 3 da
358 Anglo, enquanto outros empreendimentos aqui vão arregaçando o
359 Jequitinhonha, como a rocha ornamental.” Conselheiro Carlos Eduardo
360 Teixeira Nery: “Eu vou fazer uma breve intervenção aqui porque eu acho que
361 essa temática, realmente, é muito importante. O Espinhaço é quartzito, é
362 absolutamente composto de quartzito. O Alex fez citação, inclusive, à
363 Reserva da Biosfera. Eu acho que é um evento, realmente, que é um
364 destaque para nossa região, tem uma significância muito grande. E essa
365 questão que a professora colocou é um fato novo que está sendo agora
366 trazido à tona ao nosso conhecimento científico. Eu acho que a legislação
367 deve ser mudada. Ela não está mudada, e isso é um fato consumado.
368 Entretanto, na aplicação da lei, é possível que possamos adequar os órgãos
369 que agem na matéria dentro de uma ação mais eficiente. Eu acho, então,
370 que o que o Ministério Público manifestou é muito importante. Pode ser feita
371 uma ação coordenada entre os agentes fiscalizadores, inclusive, com
372 participação, aconselhamento e consultoria da universidade, que é local.
373 Existe essa capacidade. Então, se existem fatos novos que mostram
374 patrimônios relevantes que podem ser protegidos, eu acho que isso pode ser
375 considerado dentro da Supram, pelos analistas que vão fazer a fiscalização e
376 o acompanhamento. Porque, às vezes, pela própria insuficiência que
377 sabemos que tem na fiscalização de uma área tão grande, de um território
378 tão grande, alguns fatos não são observados. Então, se existe essa
379 observação em relação ao quartzito, que vai se tornar mais recorrente, os
380 empreendimentos mais recorrentes, que haja, então, o direcionamento na
381 eficiência dessa fiscalização para que possamos conseguir conservar melhor

382 e evitar que haja abusos, aberrações no processo.” Presidente Clésio
383 Cândido Amaral: “Existe uma diretriz da SEMAD, da própria Supram, desde
384 que a fiscalização foi repassada às Suprams, de que toda AAF de rocha
385 ornamental é expedida, porque é um documento legal, e tem que ser
386 fiscalizada logo em seguida. Então, é uma prioridade de fiscalização. Eu não
387 vou dizer que chegamos a analisar a fundo essas questões todas que a
388 conselheira colocou, mas, se houver qualquer intervenção que não tenha
389 respaldo legal, elas são embargadas, suspensas e vão passar pelo
390 processo. Nós entendemos que esse modelo de AAF é realmente ruim para
391 determinados tipos de empreendimento, ficamos muito aquém de alguns
392 estudos. Para alguns empreendimentos, nós entendemos que um RCA/PCA
393 bem-feito, um Prad, um PTRF bem-feitos são documentos suficientes para
394 avaliar os impactos ambientais e equacionar esses impactos ambientais. A
395 DN 74 está em processo de discussão, e o Estado pretende promulgá-la até
396 o final do ano. É o momento agora de todo mundo opinar, todos os
397 Conselhos de todas as Suprams opinarem sobre esse processo. A AAF vai
398 acabar, vai virar Licenciamento Ambiental Simplificado, classes 1 e 2, com a
399 exigência de alguns documentos e algumas questões. Isso eu acho que já é
400 uma evolução enorme. Mas hoje já temos a avaliação da DN 74, que é o
401 momento de se colocar as questões e levar isso para discussão nesse
402 sentido. Eu entendo o que a conselheira falou, que se perdeu um pouco na
403 discussão das URCs, mas elas podem suscitar quaisquer questões, os
404 processos de licenciamento continuam nas Suprams. A qualquer momento,
405 elas podem pedir, pelo Conselho, esclarecimento do processo de
406 licenciamento da Anglo ou de qualquer empreendimento na região. Ele pode
407 ser trazido para discussão, pode ser discutido e debatido aqui, e levadas as
408 considerações para dentro do processo de licenciamento ambiental. Então,
409 nós temos que entender que, por um lado, perdemos o poder de decisão,
410 mas não perdemos o poder de discussão. Então, continuamos hoje sabendo
411 dos processos de licenciamento, como eles se dão e, a qualquer momento,
412 podemos suscitar as questões de um processo de licenciamento junto à
413 Supram.” Conselheira Soraya de Carvalho Neves: “Só para completar, como
414 ele disse aqui, nós sabemos que o contingente é pouco, que é difícil fazer as
415 fiscalizações. Caso haja necessidade ou dúvida, por exemplo, dos fiscais,
416 enquanto relevância ou não de cavidades, se for necessário, o Núcleo de
417 Espeleologia da universidade e nós estamos dispostos a agregar na
418 fiscalização, uma espécie de consultoria, mas uma consultoria em benefício
419 mesmo do meio ambiente. Estamos à disposição para vocês.” Conselheiro
420 Alex Mendes Santos: “Eu queria não esquecer de falar e parabenizar a
421 promotoria e o IEF, porque estamos discutindo, em conjunto com a
422 Caminhos da Serra, a criação de um centro de recuperação de animais
423 silvestres. Isso vai ser muito importante para nossa região. Então, eu queria
424 destacar. É uma coisa que vínhamos tentando muito. Nós fomos

425 consultados, foi discutido e aprovado, e eu acredito que em breve nós vamos
426 ter esse centro, que vai nos ajudar muito. Na semana passada mesmo, nós
427 vínhamos para uma reunião aqui, e teve uma jaguatirica atropelada ali
428 próximo, em Gouveia, perto da Copasa, que morreu porque não tinha como
429 dar assistência. Os Cetas, que são os centros de atendimento, mais
430 próximos estão a 300 km, 270 km: Belo Horizonte e Montes Claros. Então, a
431 gente vê um animal morrer, a gente está passando na hora, com médico
432 veterinário e sem condições de fazer. Então, a razão de lutar mais ainda. Se
433 naquele momento já estivesse funcionando na reserva o Cras, talvez
434 poderíamos ter conseguido recuperar. Então, eu queria parabenizar a
435 promotora e o IEF por esse processo, essa iniciativa, o que eu acho que vai
436 ser muito importante. E sugerir aqui para os conselheiros que queiram para
437 fazermos uma reunião mensal. Já que podemos ter uma série de situações,
438 estar discutindo, e as reuniões não têm sido constantes, eu vou propor criar
439 um grupo de estudo e trabalho mesmo para discutir essas questões, e
440 propondo e solicitando, já que é uma das coisas que podemos fazer hoje.
441 Então, eu gostaria de sugerir e depois vou entrar em contato com cada um
442 para ver essa possibilidade de fazermos uma reunião mensal, com um
443 espaço um pouco maior, para discutir temas relevantes para a região.”
444 Conselheiro Luiz Gustavo Patuzzi Bortoncello: “Só pegando o gancho da fala
445 do Alex, há uma grande dificuldade em lidar com o tráfico de animal silvestre
446 aqui na região. O dano à fauna, senhores, é tão marcante no Jequitinhonha e
447 no Mucuri como em relação à flora. Nós temos hoje aqui uma das quatro
448 maiores rotas de tráfico de aves silvestres, aqui no Jequitinhonha. Todo
449 animal que é vítima de um ato violento, como atropelamento, por exemplo,
450 ou é mantido em cativeiro ou está em rota de tráfico, se é apreendido, não se
451 tem onde colocar. Não se trata única e exclusivamente de recuperar um
452 animal, mas não se tem onde colocar. Por exemplo, hoje, eu descobri que
453 começou a ser anunciado aqui no município um circo, que vai apresentar
454 uma serpente de 5, 6 m de comprimento, contrariando expressa lei estadual
455 a respeito disso. Primeira pergunta: a Polícia Militar Ambiental, sempre tão
456 eficiente, vai lá apreender o animal e vai colocar onde? Quem vai levar a
457 serpente de 5 m para casa? Então, a questão do miniCetas vai ser uma
458 conquista muito interessante. O TAC está assinado já, eu estou esperando
459 só um projeto dos colegas da professora da Federal, que ficaram de botar
460 valor em uma fiscalização que eles vão fazer, mas o dinheiro já está
461 destinado, é só construir.” **4) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA
462 EXAME DE RECURSO AOS AUTOS DE INFRAÇÃO. 4.1) Select Fund
463 Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda. Silvicultura.
464 Diamantina/MG. PA CAP 443335/2016, AI 135842/2015. Apresentação:
465 Supram Jequitinhonha. Recurso indeferido nos termos do Parecer Único.
466 Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “Só uma retificação, uma
467 correção no Parecer Único que foi elaborado a respeito do auto de infração.**

468 No parágrafo relativo à folha 129 dos autos, onde se lê ‘devidamente
469 notificado do auto infração aos 12/3/2013, o atuado apresentou,
470 tempestivamente, sua defesa em 1º de abril de 2015’, leia-se ‘devidamente
471 notificado do auto infração aos 12/3/2015, o atuado apresentou,
472 tempestivamente, sua defesa em 1º de abril de 2015. Em relação ao
473 processo do item de pauta 4.2, Miguel Cardoso de Oliveira, também em
474 relação ao Parecer Único acerca do recurso apresentado, às folhas 42 dos
475 autos, no item relativo à conclusão, onde se lê ‘devido à situação financeira
476 autodeclarada nos autos do processo, bem como a manutenção da atividade
477 de extração mineral no local da autuação até sua regularização no órgão
478 ambiental competente’, leia-se ‘com a manutenção da suspensão da
479 atividade de extração mineral no local da infração até a sua regularização no
480 órgão ambiental competente’. Presidente Clésio Cândido Amaral: “Feitos os
481 esclarecimentos, se não houver mais destaques, eu vou propor a votação em
482 bloco. Todos aqueles que concordam com o parecer da Supram
483 Jequitinhonha, pelo indeferimento do recurso, se mantenha como está.
484 Aprovado por unanimidade.” Conselheiro Luiz Gustavo Patuzzi Bortoncello:
485 “Só uma observação, presidente. Por orientação – quase que uma
486 determinação – da Corregedoria Geral do Ministério Público, eu preciso me
487 abster da votação.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Abstenção do
488 Ministério Público. Aprovado.” Conselheiro Vilson José de Amorim: “Vilson,
489 Copasa. Eu me abstenho.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Abstenção
490 da Copasa. Então, nós temos 11 votos a favor. Aprovado.” **4.2) Miguel
491 Cardoso de Oliveira. Lavra a céu aberto sem tratamento ou com
492 tratamento a seco, minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas
493 ou rochas ornamentais e de revestimento. Itamarandiba/MG. PA CAP
494 449060/2016. AI 51898/2016. Apresentação: Supram Jequitinhonha.**
495 Recurso indeferido nos termos do Parecer Único, conforme votação em
496 bloco registrada no item 4.1. **4.3) Planejar Engenharia de Projetos e
497 Negócios Ltda. Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou
498 predominantemente residenciais. Diamantina/MG. PA CAP 463761/2017,
499 AI 67188/2016. Apresentação: Supram Jequitinhonha.** Recurso indeferido
500 nos termos do Parecer Único, conforme votação em bloco registrada no item
501 4.1. **4.4) Planejar Engenharia de Projetos e Negócios Ltda. Loteamento
502 do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais.
503 Diamantina/MG. PA CAP 463808/2017, AI 66948/2016. Apresentação:
504 Supram Jequitinhonha.** Recurso indeferido nos termos do Parecer Único,
505 conforme votação em bloco registrada no item 4.1. **5) APRESENTAÇÃO DO
506 CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES Nº 23 E 24 DA LICENÇA DE
507 OPERAÇÃO Nº 123/2014 DA EMPRESA ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE
508 FERRO BRASIL S/A. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido.
509 Minério de ferro. Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom
510 Joaquim/MG. PA 00472/2007/006/2013, DNPM 830.359/2004 e**

511 **832.979/2002. Classe 6. Responsável: Anglo American Minério de Ferro**
512 **Brasil S/A. Representante da Anglo American:** “Boa tarde a todos, senhor
513 presidente, o propósito aqui é apresentar o status do processo negocial com
514 superficiários relacionados na condicionante 23. E o propósito aqui é
515 lembrar também do Programa de Negociação Fundiária. Relembrando que,
516 para o programa, nós temos um chefe de família com 20 hectares de terra de
517 destino; filhos maiores residentes, com dez hectares para cada filho; filhos
518 maiores não residentes, 20 hectares para o conjunto dos filhos; indenização
519 pela propriedade, R\$ 35 mil por hectare; construção de casa, condomínio,
520 62,8 m²; cesta básica por 24 meses; reestruturação produtiva com
521 fornecimento de sementes e assistência técnica por três anos;
522 acompanhamento social e monitoramento socioeconômicos por três anos. O
523 que vai se tratar aqui se refere ao estudo feito pela Diversos a pedido do
524 Ministério Público e também por acolhimento desta URC. Por determinação
525 do que foi encontrado no estudo da Diversos, encontraram-se na região oito
526 famílias residentes, sendo que quatro estão situadas na localidade de
527 Cachoeira e as outras quatro famílias, na localidade de Sítio Boa Esperança.
528 Com relação às primeiras quatro, todas já foram incluídas no PNF, e a
529 negociação já está contemplada. Com relação ao Sítio Boa Esperança, nós
530 temos quatro cadastrados, dois já incluídos no PNF e dois não aceitaram a
531 proposta do acordo. Além dos residentes, existem também as famílias não
532 residentes, das quais 12, na Cachoeira, não residentes, dez já têm o contrato
533 assinado, para a 11^a o contrato já está em elaboração, com acordo financeiro
534 estabelecido, e a 13^a aceitou, no primeiro momento, o acordo, mas depois
535 mudou de posição, e nós estamos em tratativas negociais com a mesma. Na
536 Fazenda Boa Esperança, são sete famílias não residentes, para as quais
537 uma nós já temos o contrato assinado, e as outras seis, embora tenham
538 recebido a proposta da empresa, não aceitaram. Nem por isso a empresa se
539 fechou no sentido de continuar as negociações. Temos uma representação,
540 um desenho, do que estava antes ao tempo do cadastro da Diversos. Uma
541 situação em 2014 e a situação atual. O círculo na situação atual, à direita,
542 representa famílias não residentes que foram para o local e instalaram essas
543 casas, essas construções, em função de terem conhecimento do programa
544 que está sendo praticado com aqueles residentes. No mais, eu estou à
545 disposição dos senhores.” Thales/Anglo American: “Eu trabalho no
546 Departamento de Meio Ambiente da Anglo American. O objetivo dessa
547 apresentação, mais especificamente, é apresentar o andamento do
548 atendimento à condicionante 19 em cumprimento à condicionante 24, que é
549 de apresentação a esta URC. Só para contextualizar, rapidamente, essa
550 condicionante veio em detrimento a um incidente ocorrido durante a fase de
551 instalação do empreendimento. Nós tivemos uma chuva não esperada, e
552 essa chuva culminou no carreamento de sedimento para dois cursos d’água
553 à jusante das estruturas que estavam sendo instaladas, que são o córrego

554 Vargem Grande, conhecido como córrego Pereira, e o córrego Passa Três,
555 que é conhecido como Passa Sete. O instrumento da condicionante 19 é a
556 elaboração e execução de um plano de recuperação dessas áreas que foram
557 degradadas. Nós vamos apresentar aqui como está o desenvolvimento
558 dessa condicionante. Uma vez recebida a solicitação de recuperação desses
559 cursos d'água, nós contratamos uma empresa especializada para realização
560 desse tipo de estudo e desse tipo de projeto. A empresa, em seu escopo, iria
561 realizar um diagnóstico e avaliação do trecho de interferência. Então, essa
562 fase consistia, basicamente, de um levantamento de todo o impacto no curso
563 d'água e em alguns questionários que seriam aplicados para avaliação de
564 todo o trecho do córrego. O próximo passo seria o levantamento
565 topobatimétrico de toda a seção dos dois cursos d'água, os estudos
566 hidrológicos e hidráulicos que iriam subsidiar a elaboração, dos principais
567 estudos que vêm subsidiar esse projeto para, a partir daí, termos um projeto
568 conceitual básico, executivo, e partir para os relatórios que serão
569 necessários para outorga, para intervenção em área de APP, e a elaboração
570 do PTRF. Uma vez contratada a empresa e as empresas de topografia para
571 realização desse trabalho, não conseguimos prosseguir com o diagnóstico
572 porque tivemos alguns impedimentos por parte dos superficiários. O
573 Cristiano vai explicar um pouquinho mais no detalhe o que foram os
574 próximos passos após a contratação da empresa e o impedimento em si.”
575 Cristiano/Anglo American: “Eu queria, primeiro, falar um pouquinho de como
576 se deu esse processo e como foi o engajamento com essas comunidades e
577 as pessoas que estão localizadas próximo a essas áreas no intuito de obter a
578 autorização para acessar, realizar os estudos e, na sequência, executar
579 aquilo que, obviamente, o estudo viesse a indicar. Então, a Anglo American
580 priorizou e prioriza o contato direto com esses moradores. A equipe de
581 relacionamento com a comunidade, da empresa, foi a cada uma das
582 residências localizadas nessas áreas para explicar para os moradores sobre
583 o que se tratava essa condicionante, essa obrigação, o que seria realizado,
584 no primeiro momento, da indicação da realização dos estudos. E na
585 sequência apresentação do resultado desses estudos, e num segundo
586 momento as intervenções, eventualmente, ali indicadas. Então, nesse
587 primeiro momento, alguns moradores entenderam que, de fato, se tratava de
588 algo positivo para aquela comunidade, para o seu benefício, e autorizaram o
589 acesso da empresa a essas áreas, e outros, não, muito embora nós
590 tenhamos tido algumas dezenas de tentativas e de esforços voltados nesse
591 sentido. Quando falamos ‘algumas dezenas de tentativas’, nós tivemos,
592 aproximadamente, 50 tentativas, 50 interações ou até um pouco mais do que
593 isso para tentar conseguir acessar essas áreas e, então, dar início ao efetivo
594 cumprimento da condicionante. Então, nesse esforço, nós nos vimos, em
595 algum momento, impedidos de acessar a área, impedidos de realizar esse
596 estudo, então, levamos essa dificuldade ao GT da Diversos, que à época

597 vinha trabalhando intensamente, em conjunto aqui com este Conselho,
598 trouxemos essa informação para o Conselho, a URC Jequitinhonha. Então,
599 foi sugerido, pelo órgão ambiental e pelo próprio Conselho, que
600 buscássemos uma forma de registrar isso e de mostrar que esse
601 impedimento estava se materializando. Então, nós fizemos o contato com o
602 cartório local para registrar atas notariais de que, de fato, a empresa estava
603 impedida de acessar aquela área e fazer esses estudos. Então, nós voltamos
604 à área com o tabelião do cartório, conversamos novamente com todas as
605 pessoas. Parte delas mudaram de opinião e aceitaram e assinaram o termo
606 de consentimento para acesso à área, e parte ratificou que não permitiria o
607 acesso a suas propriedades. Isso foi feito com todos os moradores, e
608 àqueles que não moram na região ou moram em outra cidade foram feitas
609 também as notificações extrajudiciais, que até então nunca foram
610 respondidas. Cabe destacar também que, na 99ª reunião da URC
611 Jequitinhonha, salvo engano, inclusive, um dos maiores proprietários de
612 terra na região, não morador, manifestou e declarou, explicitamente, aqui no
613 Conselho, que não permitiria, segundo suas palavras, 'o acesso da empresa
614 nessas terras em solidariedade àqueles que ainda moravam na região'. De
615 fato, nós vimos enfrentando dificuldades muito grandes de obter essas
616 autorizações. Nós fizemos um pedido, no início do ano, à promotoria local,
617 um pedido de providência para que o promotor nos ajudasse nesse sentido
618 de sentar com essas pessoas ou, de alguma forma, nos resguardar para que
619 possamos acessar essa área. É claro que a empresa não tem o menor
620 interesse em acessar a área que não seja em comum acordo, que não seja
621 de forma voluntária por parte de todos os moradores. Não faz sentido ser
622 diferente disso. Mas, de toda forma, o fato é que ainda não temos essa
623 autorização, ainda não temos essa liberação. Mas vamos continuar nesse
624 esforço, vamos continuar tentando. É interesse da empresa cumprir,
625 integralmente, o que está proposto nessa condicionante, e vamos continuar
626 nesse esforço. Estamos tentando junto com o Ministério Público. Em todas
627 as oportunidades que temos de falar com os moradores, nós tentamos voltar
628 a esse assunto, tentamos insistir um pouco para conseguir o acesso e, de
629 fato, fazer algo que é importante, que é positivo para todo mundo. O Thales
630 vai dar sequência à apresentação, e eu queria só aproveitar para fazer um
631 agradecimento ao reconhecimento do conselheiro José Otoni em relação aos
632 benefícios que ele pôde perceber na região de Conceição. Aqui é só uma
633 relação: onde tem verde, são os proprietários que permitiram o acesso à
634 área; em vermelho, os que não permitiram. Só existe um trecho, muito
635 pequeno, de uma propriedade em que não conseguimos localizar, em
636 hipótese alguma, esse morador ou esse proprietário. Ele não mora lá, e nós
637 não conseguimos localizar essa pessoa em nenhum lugar. As pessoas da
638 região não sabem aonde ele se encontra. No cartório, nós buscamos alguma
639 informação e não conseguimos. Mas é um trecho muito pequeno, talvez nem

640 comprometa a execução desse trabalho. E por fim é só um mapa
641 representando essas propriedades. A grande dificuldade aqui é que algumas
642 propriedades a montante que permitiram, a jusante que não permitiram e
643 depois permitiram. Então, não conseguimos fazer esse trabalho se não
644 tivermos acesso ao trecho total, e não faz sentido fazer uma recuperação
645 parcial. Não conseguimos fazer uma recuperação, por exemplo, de um
646 trecho a jusante e depois fazer uma recuperação a montante, o que vai,
647 naturalmente, prejudicar aquilo que foi feito. Então, é necessário o acesso a
648 todas essas áreas para que possamos fazer o estudo e, conseqüentemente,
649 executar aquilo que o estudo indicar.” Júlio César: “Boa tarde a todos. Eu sou
650 da comunidade Pereira Ferrugem, e a nossa questão é o seguinte.
651 Primeiramente, a Anglo eu acho que continua até hoje nos ignorando. Para
652 começar, só para vocês terem uma ideia, em 2015, aproximadamente, o Sr.
653 Wanderson, que se encontra ali, o Sr. Nelson, o Sr. Sandro, que trabalhava
654 na empresa e acho que agora não trabalha mais, depois de terem feito um
655 cadastro no nosso sítio, na nossa propriedade, junto com a Valecom, nas
656 pessoa do Sr. Nelson e de Rômulo, que trabalhava na Valecom, eles fizeram
657 o cadastro, contaram nossas plantas, mediram nossa casa, mediram nosso
658 tanque de peixe, mediram nosso galinheiro, mediram nosso chiqueiro.
659 Chegaram à minha propriedade por volta de 8h30 da manhã, e o Getúlio,
660 que também estava lá, da Valecom, saiu por volta de 4h, mais ou menos. Os
661 outros saíram mais cedo. As caminhonetes da empresa passando o dia
662 inteiro na minha porta, na minha porteira. Então, quer dizer, eu não proibi
663 nunca funcionário da empresa de entrar na minha propriedade. Nunca proibi.
664 Os seguranças da empresa tirando foto, a gente trabalhando lá, capinando,
665 plantando, varrendo, e o segurança tirando foto. Então, quer dizer, motivo de
666 nunca ter deixado a empresa entrar na minha propriedade não é o motivo de
667 ela não ter me reconhecido como morador. Se não me engano, no início de
668 2016, foi nos dada uma brecha na Câmara Municipal, em uma reunião que
669 teve com a comunidade de Taquaral. Inclusive, o Sr. Wanderson estava
670 presente junto com alguns advogados. A Flávia, presidente da Câmara na
671 época, pediu para o Sr. Wanderson. ‘Engraçado, Sr. Wanderson. O que está
672 acontecendo com a família do Pereira Ferrugem? Vocês não vão negociar
673 com eles? Ou qual a data que vocês têm para falar?’ Ele virou e falou o
674 seguinte: ‘Foi feito um estudo, há seis meses, naquela área, e lá não existem
675 moradores’. Como não existem moradores se eles mesmos foram lá, se eles
676 mesmos fizeram o cadastro da Valecom? Como não existem moradores?
677 Andam dizendo por aí que já compraram a área e já pagaram a área. Só que
678 não, quem não registra não é dono. Eu tenho o registro da minha terra, eu
679 sou da minha terra. Eles não me pagaram. Foi dito, na audiência de
680 Conceição do Mato Dentro, que a Anglo necessitou usar de servidão
681 minerária porque as famílias não quiseram negociação. É mentira. Eu quero
682 que a Anglo me mostre a proposta que eles fizeram para mim e para as

683 outras famílias, me mostrem a negativa, de que nós não quisemos
684 negociação. Procuramos o Sr. Wanderson, várias vezes, no escritório da
685 Conceição, lá no Brejo. Ele falou para nós, várias vezes, que não podia
686 negociar porque aquela área estava em litígio. É mentira, eles entraram com
687 o processo e já perderam em três instâncias. Eu sou dono do meu sítio, eu
688 tenho o documento, então, eu não sou invasor. Eu não sou contra as
689 pessoas trabalharem na empresa, isso é muito justo. Quem dera se tivessem
690 1.000, 2.000 pessoas de Conceição trabalhando lá na Anglo. Quem dera, era
691 bom demais. Procuramos aqui a Supram, o Sr. Wesley, protocolamos, várias
692 vezes, documentos aqui e não tivemos resposta. E foi uma pena que a
693 Supram só mandou funcionário dela lá na área para ver se, realmente, nós
694 estávamos lá, depois de várias vezes que nós viemos aqui, uma noite antes
695 de a polícia ir lá e nos tirar. É uma pena isso, porque foi depois que já tinham
696 desmanchado nossas casas, destruído nossas plantas. Porque era ordem
697 judicial. A Supram depois chegou lá. Para ver o quê? Então, eu gostaria que
698 vocês da SEMAD, que vocês que compõem a mesa olhem, porque ninguém
699 está contra o empreendimento, ninguém está contra funcionários, as
700 pessoas que trabalham na empresa. Quem dera se todas as pessoas
701 trabalhassem. Nós estamos contra a injustiça que a empresa está fazendo.
702 No mais, eu agradeço.” Talysson César: “Boa tarde a todos. Eu sou filho do
703 Sr. Júlio. Só para dar um parecer mais técnico, mais jurídico ao que ele falou,
704 eu vim aqui hoje para fazer um apontamento sobre as alegações do
705 cumprimento da condicionante 23, que se remete à condicionante 1, sobre
706 as áreas de negociação. Ocorre que, como ele já disse, nós tivemos algumas
707 tentativas do próprio estudo da Diversus, que não contempla a família lá, e
708 são famílias tradicionais, com documentação de cartório comprovada. Enfim,
709 a Anglo ajuizou uma ação de reintegração de posse em face de Lúcio da
710 Silva Pimenta e outros, inclusive, que resultou na elaboração de algumas
711 condicionantes, que falam que a empresa não pode e não poderia ter
712 intervenção na área desde que fossem resolvidas as questões, judicialmente
713 ou não. Acontece que esse processo é baseado em um contrato de cessão
714 de direitos que a Anglo celebrou. Aliás, não foi nem a Anglo American, foi a
715 Borba Gato Agropastoril, na época, com a Sra. Jaqueline, na área de 3
716 hectares de terra dentro do mesmo sítio, que é indiviso. Não existe partilha
717 homologada ainda, não existe isso feito. Então, é um terreno indiviso em
718 condomínio. E o objeto da ação de reintegração de posse são 6 hectares de
719 terra, e a documentação que nós temos é dos 3 hectares de terra restantes.
720 Então, a empresa usou da judicialização de um problema para dar a famosa
721 barrigada jurídica e dar um ar de legalidade ao cumprimento dessa
722 condicionante. Foi o que aconteceu. Inclusive, o Ministério Público de
723 Conceição, na presença do Dr. Marcelo, se manifestou, na audiência pública,
724 a respeito do nosso caso em específico, porque já tem muito tempo que nós
725 estamos recorrendo aos órgãos e não somos ouvidos. Aqui na Supram tem

726 um protocolo de dez meses de questionamentos, e eu protocolei um também
727 de questionamentos da última audiência, que está em tempo hábil ainda,
728 porque foi no dia 27, se não me engano, está aí para ser incluído no
729 processo. Porque ficamos sem saber. Parece que se está confundindo o
730 público com o privado. Será que os funcionários do jurídico da Anglo
731 American têm fé pública? Porque nós comprovamos com documentos, e eles
732 vêm e falam ‘não, eles são invasores, a Anglo já comprou aquilo lá’. E
733 alegação sem apresentar a documentação necessária, a documentação
734 legal. Estão confundindo, a esfera deles é privada, eles não fazem papel do
735 Estado. Então, eu acho que nós deveríamos colocar isso. Uma das
736 considerações mais importantes que eu acho aqui é a seguinte. A
737 condicionante 29 fala assim: ‘Que não haja intervenção na propriedade do
738 Sr. Lúcio – que é a nossa propriedade lá – nem na propriedade da Sra.
739 Natalina, até que haja resolução judicial. Acontece que, ainda através da
740 ação de servidão minerária, a Anglo entrou no local, através de uma medida
741 provisória, através de uma liminar. Então, há, sim, pendência judicial. Por
742 que para negociar existe processo na Justiça, de litígio, eles não negociam e
743 tem pendência judicial e só negociam depois que resolver? Mas, para entrar
744 na terra, a pendência judicial pode continuar lá e eles usufruírem da nossa
745 posse, da nossa propriedade? Então, estão usando dois pesos e duas
746 medidas. Eu acho isso muito incorreto. Primeiro porque existe a
747 condicionante há muito tempo. E vir aqui e não apresentar sequer uma
748 citação a respeito do caso, além de omissão, isso é violação de direitos
749 humanos. Porque existe uma pressão em cima da desapropriação e de
750 forma que ela foi feita. Inclusive, o Ministério Público atravessou uma
751 recomendação no nosso processo para que não fosse acontecida a remoção
752 sem a intervenção da negociação do Estado. E de um dia para o outro
753 aparece lá praticamente metade do contingente do Batalhão de Diamantina.
754 Tem até o capitão, nós temos um vídeo dele falando que podia ir lá que o
755 dinheiro estava disponível. E eu não podia ir à minha terra conferir o trabalho
756 do perito, porque me barraram lá em cima. Então, foi um acontecido muito
757 esquisito isso. Então, eu queria chamar atenção dos conselheiros, antes de
758 votarem, que prestem muito bem atenção nos questionamentos que foram
759 apontados. Muito obrigado a todos.” Roberto Pimenta: “Nós vimos aqui fazer
760 nossas reivindicações, como a empresa Anglo American vem apresentar
761 seus trabalhos e tudo. Conscientizar vocês da real coisa que acontece lá na
762 região, na área que está sendo minerada. É muito fácil eu falar assim ‘ah,
763 não deixo entrar na minha terra, não deixo isso, não deixo aquilo’, mas, para
764 quem consegue tudo na Justiça, para quem parece que cai do céu nas suas
765 mãos, será que um simples proprietário de uma gleba minúscula iria impedi-
766 los de entrar em sua propriedade e fazer um trabalho que é indispensável,
767 que é a recuperação do meio ambiente? Que, por culpa da empresa, foi
768 assoreado e degradado. Então, fica um dos meus apelos para que esta

769 comissão aqui, essa mesa pense bem nessas situações. A outra situação é
770 com respeito aos atingidos. A condicionante número 1 que foi dita aí
771 também, que já não é 1 mais, já virou outras condicionantes, porque foram
772 descumpridas, simplesmente, descumpridas. Nós temos várias provas disso.
773 Por quê? Pela burocracia, pela moratória da empresa. Até muitos moradores
774 desistiram, abandonaram levando prejuízos. A Supram muito bem sabe
775 disso, porque tem vários documentos protocolados. Não sei se os senhores
776 conselheiros estão a par disso. Já foram protocolados na SEMAD também
777 documentos pedindo resposta simples, quanto condicionantes foram e
778 quantas não foram, quantas estão em curso, quantas não estão. Fica difícil
779 para nós que somos mero desconhecedores das coisas, porque não temos
780 instrução. Nós contamos com esse corpo que é designado pelo Estado e por
781 várias outras autoridades para que dê suporte a nós, que estamos lá jogados
782 às traças. Eu me sinto assim e minha família. Onde eles falam que não tem
783 ninguém, tem, meu irmão está lá, o Lúcio Pimenta, muito conhecido de todos
784 vocês aqui. Ele está lá na área, na Serra da Ferrugem, na área 15, instalado
785 lá, jogado. Por quê? Um pedido provisório de emissão de posse,
786 simplesmente, o tirou da propriedade dele e o jogou em um canto lá onde
787 não tem água, não tem luz, ele vive em condições subumanas e com
788 proteção, porque foram ameaçados de morte ele e mais quatro elementos da
789 comunidade. Então, lá está tudo beleza, está tudo muito bem,
790 aparentemente, principalmente, quando vocês vão lá: eles maquiam tudo,
791 correm na frente, tampam aqui, tampam ali, cercam de lá, cercam de cá. E o
792 que acontece? Vocês chegam lá, e está tudo normal, tudo bonitinho, água
793 limpa, não tem barulho, não tem poeira, não tem nada. Eu queria deixar uma
794 consideração ao nosso nobre conselheiro que falou que lá em Conceição
795 está tudo muito bem. Convidar o senhor. Lá tem uns amigos nossos, gente
796 da comunidade de Água Quente. Para o senhor ir lá abaixo da barragem de
797 rejeito passar uma temporada aí. Como é tradição, é feito um forro lá, faz um
798 churrasco e vê se tem condições de alguém morar abaixo de uma barragem
799 de rejeito, onde ninguém dá segurança por ela. É só Deus que pode fazer
800 isso. Então, eu peço as considerações dos senhores para essa próxima
801 licença, se possível for. Muito obrigado.” Conselheiro Carlos Eduardo
802 Teixeira Nery: “Esse assunto é, realmente, um assunto longo. Eu acho que
803 as tratativas que já foram feitas aqui há anos demandariam mais algum
804 tempo de uma análise e que fosse uma análise não apaixonada, como eu
805 falei durante a audiência pública, uma análise que não tivesse,
806 aparentemente, uma torcida. Mas que tivesse uma análise sensata e
807 ponderada sobre o que está acontecendo. O processo que nós julgamos
808 desde 2008 e que agora foge da nossa alçada, de uma forma também que
809 eu acho questionável, porque vai para uma câmara que vai analisar
810 municípios de Minas Gerais, processos que têm uma regionalidade bem
811 expressiva. A atitude de centralizar uma coisa que tinha, dentro da ótica

812 administrativa, descentralização, que é mais inteligente, faz um retrocesso de
813 pelo menos 20 anos na história de Minas Gerais, que foi um dos pioneiros na
814 política ambiental do Brasil e talvez no mundo em questões de
815 licenciamento, de análises e de conservação. Então, estamos vendo um
816 retrocesso no sentido da Câmara, tanto que ela não conseguiu, no momento,
817 ter uma visão clara da questão de descumprimento de condicionante, porque
818 não teria condição de analisar um processo que tem 300 condicionantes e
819 que são derivativas. Então, quem acompanha o processo desde o seu início
820 sabe da complexidade e dos imbróglios que foram realizados dentro desse
821 processo. Claramente, nós conhecemos que tem imbróglios que foram
822 acomodados. Sem nenhuma partidização do processo. Eu não sou
823 favorável nem contra a empresa do mesmo jeito que eu não sou nem
824 favorável nem contra a sociedade; eu sou favorável às boas práticas. É isso
825 que é necessário que o Estado e que os órgãos mediadores tenham
826 claramente no seu procedimento. Então, a questão dos atingidos. Nós temos
827 duas questões sendo tratadas aqui de condicionantes. Primeiro, a dos
828 atingidos, que foi polêmica, e está aqui o Alex, que acompanhou o processo
829 desde o início. Eu acho que foi um dos poucos conselheiros. O José Otoni
830 também foi um dos primeiros que votaram. Sempre foi polêmica. A questão
831 da definição da ADA, área diretamente afetada, e da área de influência direta
832 foi sempre questionável. Desde o início, nós tivemos grandes problemas
833 para entender quem seriam, realmente, os atingidos. E houve um processo
834 extremamente duvidoso no início da ação pela MMX, na época. Eu
835 acompanhei o processo na sua pré-história, e a Borba Gato foi uma empresa
836 que foi à região sendo uma empresa agropastoril. Ela comprou terras para
837 criar cavalos. Na qual as questões que foram tratadas no plano de
838 aproveitamento econômico, no PAE, do DNPM, condicionavam a que fosse
839 feito o pagamento dos royalties aos superficiários, os royalties proporcionais,
840 e nada disso foi atendido. E foram feitos vários processos fraudulentos,
841 processos duvidosos de compra de terra por gente que ficou, inclusive, rica
842 na região intermediando a compra e venda de terra, com envolvimento,
843 inclusive, de agentes da própria empresa, de funcionários da empresa que
844 também participaram do processo. E isso gerou realmente uma dificuldade
845 nesse Plano de Negociação Fundiária. Esse Plano de Negociação Fundiária
846 surgiu por uma deliberação do secretário José Carlos de Carvalho, quando a
847 coisa já estava pegando fogo. Então, ele resolveu adotar o processo de Irapé
848 como referência, porque já estava descontrolado. E a própria empresa
849 cedeu, na transição da MMX para a Anglo, no sentido de que o PNF fosse
850 adotado. Entretanto, nós temos hoje casos que são bastante discordantes.
851 Tem uns em que foi aplicado o PNF, outros em que não foi aplicado e alguns
852 que atualmente não estão sendo reconhecidos. É o que estamos vendo aí.
853 Então, tem a questão múltipla com dezenas ou centenas de questões de
854 demandas judiciais que estão sendo tocadas. Dentro desse quadro, o

855 atendimento de condicionantes, o reconhecimento do cumprimento de
856 condicionantes se torna extremamente complexo, porque não há um
857 balizamento, uma linha do meio que nos determine realmente o que está
858 sendo cumprido ou não está. Tem uma quantidade enorme de
859 condicionantes. E a empresa, que eu acho que por uma ação, vamos dizer,
860 de pouco planejamento, precisa de uma quantidade de licenciamentos nunca
861 vista. Porque começa com LP, passa por LI fase 1, LI fase 2. Só inovações,
862 ela vai inovando. LI fase 1, fase 2. Depois, quando consegue a Licença de
863 Operação, em outubro de 2015, ela já entra de imediato como uma licença
864 de utilização, Step 1, Step 2, outra inovação da nomenclatura. Utilização da
865 mina. Em novembro do mesmo ano, ela entra com uma continuidade
866 operacional, outra inovação. E vem com um projeto que é totalmente
867 diferente do projeto original, dizendo que é continuidade operacional, sendo
868 que mudou o modelo, o pit da mina e todos os processos que estão sendo
869 feitos. Uma análise básica, rasa, do processo mostra que tem um novo
870 processo, com novos impactos, absolutamente, diverso do que está
871 acontecendo, com novos atingidos. Porque passa a ter uma linha de cava
872 com mais de 7 km além do que foi planejado originalmente e uma pilha de
873 estéril monstruosa, com impactos cumulativos e sinérgicos de naturezas
874 diversas, inclusive, com impactos sobre a comunidade de atingidos. Então,
875 essa consideração, que agora foge da nossa alçada e agora vai ser
876 analisada por outro corpo do Conselho, por uma câmara técnica que já está
877 distante de uma realidade, absolutamente, resultante e complexa, nós temos
878 uma responsabilidade. Eu até estava conversando isso com o Alex aqui.
879 Porque nós votamos uma série de coisas, deliberamos sobre uma série de
880 coisas, e agora as responsabilidades e as consequências dos nossos atos
881 fogem da nossa capacidade de acompanhamento. Eu até fiquei bem
882 alentado pelo que o nosso superintendente Ângelo colocou de que haveria
883 uma possibilidade de darmos alguma opinião sobre isso, que é o que eu
884 agora, no momento, acho que é importantíssimo. Porque a Câmara tem uma
885 regionalidade, uma questão de territorialidade que é fundamental. O
886 conselheiro José Otoni coloca 'eu passei por Conceição e achei que
887 Conceição mudou muito'. É verdade, houve vários avanços em Conceição,
888 até pelo desenvolvimento, pelo crescimento da cidade. Agora, quem andar
889 nas periferias de Conceição, quem visitar o atingimento do empreendimento
890 verá que também tem a outra face da moeda, que existem impactos que
891 estão acontecendo lá e que poderiam e podem ser mitigados, podem ser
892 neutralizados, podem ser compensados. E que isso deve ser, corretamente,
893 atendido como manda a lei. Relativo à questão da condicionante 19, eu
894 acompanhei, desde o início também, a questão do assoreamento dos
895 córregos em função da movimentação que foi feita na fase de implantação
896 da empresa. Essa análise foi feita porque foi feita uma denúncia, e nós,
897 dentro do Codema analisamos, e os técnicos da Secretaria de Meio

898 Ambiente e Gestão Urbana foram à região. O que acontece? Houve uma
899 movimentação de terra sem as medidas de contenção adequadas, os diques
900 de contenção não foram feitos previamente. Foram feitos rapidamente
901 porque a empresa queria implantar o projeto. Foram lá e movimentaram uma
902 quantidade de terra muito grande. Quando choveu... O que aconteceria, seria
903 inevitável, a chuva não tem nada de inesperada. Chuva, em período
904 chuvoso, é o que acontece. Em tempo de chuva, chove. Para fazer a medida
905 de contenção, tem que fazer diques, para que o carreamento não seja feito.
906 Nós tivemos essa reunião com os técnicos da empresa, e no final eles
907 falaram 'é, carreou o material'. Eu falei: 'E agora como vai ser o
908 assoreamento dos cursos d'água?' Então, em função disso, foi feita essa
909 condicionante. Como eu estava dizendo, existem impactos sinérgicos e
910 cumulativos. Depois de um ano, dois anos que isso vai acontecendo, as
911 relações com a comunidade, realmente, são deterioradas. E o
912 encaminhamento do que foi feito, realmente, não tem aquele tato que eu não
913 vou dizer que exigiria da empresa, mas que seria indicado. Então, a
914 recuperação se torna difícil. Agora existe uma responsabilidade que tem que
915 ser analisada. A empresa poderia e deveria ter tomado as medidas de
916 precaução necessárias para que não houvesse esse carreamento. Não
917 existe carreamento que seja inesperado, o carreamento é consequência de
918 uma ação que é previsível, que é mitigável e de fácil contenção. Então, eu
919 acho que essa análise tem que ser feita com muito cuidado, porque o
920 impacto está realizado, e tem que ser recuperado. E o licenciamento, que
921 segue galopante. Não que eu seja contra o licenciamento da empresa, eu
922 não acho que devamos ser contra, agora a análise dos impactos ambientais,
923 dos passivos que estão sendo gerados e quem vai ter que pagar por esses
924 passivos é que eu acho que tem que ser realizada. Porque nós conversamos
925 muito com a empresa, e muito é falado em termos objetivos, na nova lógica
926 que reina no nosso planeta, sobre negócios. Dizem que eles estão fazendo
927 negócios, a empresa é para fazer negócio. Está certíssimo. Só que o
928 município, a sociedade também faz negócio, e ela tem que saber qual o lucro
929 que ela vai ter. É isso que eu quero saber, o que nós vamos ganhar e
930 numericamente, em termos de lucro real. Não é medidinhas de fazer uma
931 ruazinha. O que é bom, não é ruim. Agora qual é o balanço financeiro desse
932 negócio? É só fazer rua ou fazer rua e manter a segurança pública? É fazer
933 rua e fazer as escolas e ter educação para o povo? É desenvolver cultura,
934 desenvolver o progresso real? Ou nós vamos fazer uma nova fase colonial,
935 como houve em Conceição com a coroa portuguesa, que deixou Conceição
936 na miséria, a ponto de que lá tem um distrito que se chama Tapera porque o
937 Saint-Hilaire, quando veio, em 1822, falou que a cidade estava na miséria e
938 as casas eram como taperas, que são casas destruídas, casas em ruínas.
939 Então, Conceição ficou um município paupérrimo após o ciclo do ouro, e os
940 cofres da coroa inglesa, da mesma coroa inglesa que está de volta a

941 Conceição do Mato Dentro, estão cheios de ouro em Conceição. Agora, ficou
942 alguma coisa para a sociedade? Então, estou falando de negócios, não sou
943 contra nem a favor da empresa. Eu estou falando de negócio, eu quero saber
944 o seguinte: passivos têm que ser pagos, poluidor-pagador, a legislação
945 nossa é muito clara. Então, eu quero saber o seguinte: como ficará o balanço
946 dos negócios em termos reais e não em ficções como eu vi lá vídeos
947 institucionais dos benefícios que trouxe para Conceição. Eu não vi benefício,
948 eu vi necessárias medidas, que são, em termos de condicionantes, e ações
949 que são de contrapartida, de compensações naturais. Eu quero saber o
950 seguinte. Estamos vendendo uma montanha de minério com uma commodity
951 internacional. Quanto que isso vai dar de lucro para o município? Isso é uma
952 responsabilidade nossa, dos conselheiros, que estamos aqui e que votamos,
953 que vamos, de certa forma, continuar tendo responsabilidade nesse
954 processo, para que haja ganho real da nossa nação e da nossa sociedade. E
955 para que esses sofrimentos que estão acontecendo sejam negociados. Isso
956 não é uma tarefa impossível, pode ser até difícil, mas não é impossível. Se
957 estamos aqui dedicados a cuidar da coisa pública, nós temos que ter o
958 necessário empenho para que isso aconteça. A minha opinião é nesse
959 sentido, que haja empenho dos conselheiros, do Conselho, a nossa
960 responsabilidade cidadã, para que possamos solucionar essas questões
961 relativas a um empreendimento, de uma licença em que estão pedindo 28
962 anos. Quer dizer, eu não estarei vivo, porque eu tenho 62 anos e, daqui a 28
963 anos, terei cem anos. Fora da média da minha família. Então, nós temos que
964 pensar muito sobre o que vai ser feito. Não sou contra nem a favor, agora, eu
965 acho que tudo tem que ser medido e pesado com a consciência técnica e
966 científica que nos cabe como conselheiros dentro de um Conselho que é,
967 eminentemente, técnico. Ele é político no sentido da boa prática da questão
968 da cidadania. Nós temos que pensar muito claramente sobre isso.”

969 Conselheiro Alex Mendes Santos: “Eu não vou prolongar muito, até por conta
970 do compromisso que eu avisei, mas pretendo encaminhar por escrito
971 algumas considerações. Eu acho que o Cadu foi muito feliz nas suas
972 colocações. Esse é o grande problema de se alterar um processo. Nós
973 vínhamos, com um esforço muito grande do Ministério Público e de quem
974 participou dos GTs, visitando esse processo todo, sabendo do que acontecia,
975 das situações, como o Cadu falou, de alteração de processo, de novos
976 impactos, novos problemas, questões do passado que não se resolvem. E
977 estamos aqui hoje discutindo por nada. Na verdade, nós vamos discutir, vai
978 chegar lá, se o conselheiro entender isso ou mesmo se ele for ler. Acredito
979 que nem leem, muitas vezes, como acontece aqui, muitos conselheiros nem
980 leem o processo. Então, na minha visão – talvez eu esteja errado, espero
981 que esteja –, não vai servir para nada. Como está muito bem explícito ali, é
982 essa apresentação, e tudo que falarmos e discutirmos aqui não tem caráter
983 deliberativo. Então, vão ser falas, considerações que já fizemos aqui durante

984 12 anos. Eu, pelo menos, durante 12 anos, tenho falado isso e vejo muito
985 pouca mudança. Nós avançamos, sim, em muitas coisas nós conseguimos
986 avançar, os Grupos de Trabalho conseguiram solucionar muita coisa, mas eu
987 vejo que hoje as coisas caminham para um processo de alteração, de
988 aproveitamento. Agora é uma nova turma, não sabe de nada, então, gera-se
989 uma facilidade maior de se conseguir coisas que aqui estavam sendo,
990 deliberadamente, trabalhadas, discutidas, barradas, haja vista a última
991 reunião, quando foi muito apertada a concessão das solicitações da
992 empresa. Também acho que a empresa tem o seu direito de fazer o trabalho,
993 foi, reconhecidamente, por este Conselho, autorizada a fazê-lo. Agora, a
994 partir daí, que se tenha responsabilidade e que se cumpra. Nós vemos
995 graves erros, como essa justificativa de uma chuva inesperada. É uma coisa
996 que não se pode aceitar nunca. O que eu espero é que os conselheiros lá
997 pelo menos leiam esta ata do que foi colocado aqui, que vai ser feita, que vai
998 ser encaminhada. E a minha solicitação é que, realmente, a Câmara nos
999 escutasse. Em vez de mandar fazer uma apresentação. Eu mesmo estou
1000 cansado de ver essas apresentações e de discutir sem ver uma solução. 'Eu
1001 não reformo porque o cara não me deixa entrar, o cara não me deixa entrar,
1002 então, eu não reformo'. Nós temos seis anos nessa discussão, e nada é
1003 feito, não se avança. E agora da mesma forma. O que avança é a empresa
1004 nas suas alterações de processo, de projeto, e algumas coisas não se
1005 conseguem nunca resolver. Então, o que eu sugiro aos conselheiros que
1006 forem ler essa ata é que nos convoquem para uma reunião, principalmente o
1007 Grupo de Trabalho que, durante muito tempo, sentou com a empresa e
1008 discutiu e sentou também com as pessoas da comunidade, que discutiram e
1009 evoluíram em muitos processos. Que sejam escutados, para que não seja,
1010 mais uma vez, a comunidade, principalmente, prejudicada, e não só a
1011 comunidade, como o ambiente da região." Conselheira Bruna de Souza
1012 Otoni: "Eu estou entrando, então, não tenho conhecimento sobre o processo,
1013 mas tenho conhecimento sobre a questão de EIA/Rima e falo que hoje nós
1014 temos apenas um rito burocrático, um processo administrativo. Eu não gosto
1015 muito de falar de EIA/Rima sem falar de equidade ambiental. Eu acho que é
1016 por aí que nós temos que caminhar para tentar sanar os problemas que têm
1017 em todos esses tipos de empreendimento. Hoje nós temos problemas em
1018 Irapé, em Mariana, nós temos esses problemas em todas as regiões porque
1019 sempre são processos que não são discutidos mesmo com a comunidade. E
1020 nós temos audiências públicas apenas para rito burocrático, audiência
1021 pública do Ibama apenas para cumprir seu papel. Audiências, hoje,
1022 infelizmente, na maioria das que eu estive, por exemplo, a do mineroduto
1023 também. Quando não se fala ambiental em equidade ambiental, o próprio
1024 EIA/Rima fica à mercê apenas de cumprir aquilo que a empresa quer. Ela
1025 quer explorar e faturar, é algo que gira em torno do valor econômico. Se o
1026 que ela tiver que pagar for acima do que ela arrecada, não tem interesse de

1027 instalar naquele local. Qual seria o interesse dela? Então, é por aí que
1028 caminhamos. Então, eu acho que, se o EIA/RIMA não começar a tratar mais
1029 da tratativa da questão da equidade ambiental, nós vamos ter sempre esse
1030 problema das comunidades, como o senhor falou, entram, fazem, e pronto.
1031 Eu não estive próximo, mas também concordo com o Cadu. Eu acho que é
1032 condicionante, se foi cumprida ou não, tem que ser melhor investigada essa
1033 questão. Se não cumpriu, não importa se não entrou, se entrou. Então, eu
1034 também sou contra qualquer parecer a favor da condicionante enquanto não
1035 se aprofundar mais aqui na questão. Eu acho que tinha que ter o grupo
1036 mesmo para trabalhar, se conseguirmos. Eu também acho que temos que ter
1037 voz lá. Se quiserem, eu estou a favor de montar o grupo para participarmos
1038 mais ativamente dessas questões e levarmos o nosso parecer, porque isso
1039 envolve vidas, envolve o meio ambiente, que é a minha causa, que é tratar o
1040 meio ambiente, mas a minha causa é tratar a população. Então, eu quero
1041 falar de equidade ambiental também e acho que podemos sentar e levar isso
1042 para frente.” Conselheiro José Otoni Alves Campos: “Eu não sei se você
1043 entendeu a minha fala, mas eu trabalho no Jequitinhonha há 47 anos, então,
1044 conheço 90% das cidades do Jequitinhonha, 80% das cidades do Norte de
1045 Minas e 70% das cidades do Rio Doce. Eu sou filho desta região, nunca saí,
1046 não conheço mais cidade nenhuma. Alex, antes de você sair, eu acho que
1047 essa sugestão sua é válida demais. Agora seria interessante o seguinte.
1048 Porque aqui a Supram nossa está na divisa, ela é do Jequitinhonha, mas
1049 está na divisa. Eu acho que melhor para convocar uma reunião dessa seria
1050 interessante se estivesse bem centralizada, porque essa Supram não é do
1051 Alto Jequitinhonha, ela é do Jequitinhonha. Então, é muito fácil convocar
1052 uma reunião todo mês aqui para quem anda 20 minutos e está aqui na
1053 reunião, ao passo que outra pessoa tem que andar 700 km para chegar aqui.
1054 Então, eu acho que seria até válida, Alex, essa sua sugestão, mas essa
1055 reunião teria que ser no Jequitinhonha aqui para quem está na beirada do
1056 Jequitinhonha. Esta Supram não foi criada para atender só o Alto
1057 Jequitinhonha. E o que está acontecendo lá em baixo? Então, Alex, eu apoio
1058 a sua ideia, mas que essas reuniões sejam itinerantes, sejam duas lá
1059 embaixo e uma aqui, para ver como é que fica, porque nós não podemos
1060 cobrar só da área daqui. Beto, me desculpe se talvez não tenha me
1061 entendido. Meu pai tem uma fazenda em São José do Jacuri. A terra lá, se
1062 vocês quiserem comprar 250 hectares a R\$ 10 mil o hectare, vocês
1063 compram. Terra com água boa, com luz, estrada, asfalto, tudo. Eu compro
1064 para vocês. Quando eu saí e passei e São Pedro do Suaçuí, São João
1065 Evangelista, Guanhães, Dom Joaquim, eu não vi uma terra morta. Entrando
1066 em Conceição, eu fiquei admirado, porque meu pai sempre me levava lá no
1067 jubileu. Agora, ele está com 93 anos e não vai mais. Eu fiz até uma
1068 promessa comigo mesmo, entrei no Jubileu e falei: ‘Se ele inteirar os 94, no
1069 ano que vem eu vou levá-lo lá no Jubileu, que é uma grande festa. Eu fui lá

1070 com um ano. Nasci em dezembro e fui lá em julho, com um ano e meio de
1071 idade. Então, eu já participei, praticamente, de 95% das reuniões e nunca
1072 tinha visto a sua presença aqui. Quando eu elogiei, eu não sei se você
1073 conhece alguma cidade do Médio Jequitinhonha. Nós temos cidades lá que
1074 não têm a Anglo American, que têm terras acidentadas igual vocês têm, e
1075 que as terras morreram. E agora? De vez em quando eu pergunto à Emater
1076 lá. A Emater é o órgão de responsabilidade técnica do Estado. ‘O que vocês
1077 vão fazer com essas terras? As terras morreram. Vou citar exemplos:
1078 Francisco Badaró e Berilo. As terras morreram. Você anda 100 km de
1079 Araçuaí a Minas Novas, não existe mais terra. A terra que seria viável.
1080 Assoreou toda. Então, quando eu falei, é porque, nessa situação que está
1081 hoje, será que hoje, 2017, a Anglo American daria entrada a um processo de
1082 licenciamento na Supram Jequitinhonha para tocar esse empreendimento?
1083 Eu estou falando porque, há oito anos, eu plantei 25 hectares de eucalipto
1084 pensando que estava fazendo alto negócio. O carvão estava a R\$ 230, e
1085 hoje está a R\$ 110. Então, eu acho o seguinte. Vocês têm que defender,
1086 vocês estão certos. Agora se o Estado de Minas Gerais, a cada 100 km,
1087 tivesse uma empresa daquela para fazer a parte do governo municipal, do
1088 governo estadual e do governo federal, seria ótimo. Quanto ao convite, eu já
1089 estou com 69 anos e já cansei de ir a lugares em que às vezes eu não era
1090 bem-vindo. Então, hoje eu só vou quando sou convidado e se me interessar
1091 aquele convite. Se vocês me convidarem, eu estarei pronto para ir lá com
1092 vocês. Não pensem vocês que eu sou contra, que eu não iriei. Eu irei. Agora,
1093 lá no Médio Jequitinhonha, não sei qual cidade você conhece lá, mas lá não
1094 tem Anglo American, não tem chuva, não tem água, e, no entanto, nós
1095 dançamos forró todo fim de semana.” Conselheiro Luiz Gustavo Patuzzi
1096 Bortoncello: “Eu assumi a Regional do Meio Ambiente no Ministério Público
1097 em janeiro e, só em relação ao empreendimento da Anglo, amanhã, eu
1098 participo da sétima reunião. Até agora, todas as reuniões souberam apontar
1099 os problemas, mais genericamente do que de forma concreta, mas nenhuma
1100 reunião apontou a solução. De que adianta fazer a reunião, então?
1101 Sinceramente. Por exemplo, eu recebo quase que semanalmente pessoas
1102 na promotoria que comparecem pessoalmente ou mandam representação
1103 relatando problemas vinculados a essas duas condicionantes. A
1104 apresentação do item 5 é de duas condicionantes: regularização fundiária e
1105 questão hídrica. Então, ou nós discutimos isso ou vamos perder tempo aqui.
1106 Em primeiro lugar. Em relação à situação fundiária, a minha sugestão fica:
1107 sem acesso à propriedade, ninguém faz estudo. Eu também não posso
1108 obrigar ninguém – está na Constituição –, a jurisdição é inafastável, mas não
1109 é obrigatória. Então, fica a minha sugestão à empresa que encaminhe ao
1110 Ministério Público uma relação dos proprietários que não permitem acesso e
1111 o endereço bem descrito; encaminhe uma relação dos proprietários não
1112 localizados para se ter acesso; e uma relação dos proprietários em litígio.

1113 Porque eu entendo ser papel do Ministério Público mediar esse conflito, ou
1114 seja, garantindo o acesso para que seja feito o estudo e garantindo,
1115 sobretudo, a mediação do conflito para não deixar o morador desprotegido,
1116 para auxiliar o morador em uma relação de equilíbrio de forças. Fica meu
1117 pedido para a empresa, como sugestão. Pode encaminhar para a minha
1118 Regional. Em relação à questão hídrica, fica um pedido também, não só para
1119 a empresa, mas para todos os interessados, de encaminharem, para a minha
1120 Promotoria Regional, o rol das áreas com prejuízo hídrico, potencialmente,
1121 se possível, com coordenada geográfica. Eu tenho certeza de que tanto a
1122 SEMAD e a Anglo, através de uma empresa terceira, imparcial, vão lá
1123 examinar a água logo em seguida. Ou seja, eu entendo que isso começa a
1124 ser uma solução para os dois problemas aqui levantados. Fica a minha
1125 observação e peço só objetividade.” Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira
1126 Nery: “Eu acho que essa temática levantada pelo Dr. Luiz Gustavo é
1127 fundamental: solução. E essa solução de mediação eu acho que é a solução
1128 indicada. Isso já foi conversado em várias reuniões aqui dentro do Conselho,
1129 algumas mesas já foram propostas, nenhuma delas se concretizou de forma
1130 efetiva com a justa imparcialidade e com a justa participação. Eu acho que a
1131 solução para esse problema passa pela formação de uma mesa multilateral
1132 envolvendo os interessados e os órgãos competentes, para que os assuntos
1133 sejam tratados com essa objetividade que está sendo colocada. Qual é o
1134 problema? Esse é o problema? Vamos para a solução. Existe solução, ela é
1135 possível, a mesa é redonda, todas as questões podem ser negociadas,
1136 agora tem que ter boa vontade de todos. E eu, novamente, faço essa
1137 sugestão e esse pedido à Supram, que é o órgão licenciador, ao COPAM e à
1138 Supram, que são os órgãos licenciadores, para que se constitua uma mesa
1139 negociadora para solucionar esses problemas que há anos vêm se
1140 arrastando e que são um martírio, que consegue trazer problema para todos:
1141 para a sociedade, para a empresa e para o órgão licenciador, para o Estado,
1142 que acaba todo desmoralizado. Eu acho que é a hora, inclusive, já conversei
1143 com o presidente da empresa, longamente, sugeri a ele, que concorda. Eu já
1144 conversei com dois presidentes, com o Dr. Paulo e o Dr. Rubens. Todos os
1145 dois concordaram. Que se constitua uma mesa para selar esses problemas,
1146 para zerar esse passivo. É possível zerar esse passivo.” Conselheira Soraya
1147 de Carvalho Neves: “Só para manifestar meu apoio à fala do colega Carlos
1148 Eduardo e da Promotoria. O promotor está coberto de razão no que ele fala,
1149 as duas condicionantes estão ligadas uma na outra, e tem que ser resolvido
1150 mesmo. A intervenção do Ministério Público é superbenéfica. Inclusive, o
1151 promotor de Conceição. Eles falaram no apoio dele. É uma pessoa que tem
1152 a oratória muito boa, para realmente procurar tentar entrar em acordo. São
1153 duas condicionantes ligadas uma na outra. Enquanto não se resolve a
1154 questão fundiária, não se consegue entrar em uma área que foi degradada e
1155 que precisa ser recuperada. Enquanto isso, quem está tomando prejuízo é

1156 tanto o meio ambiente quanto os seres humanos. Não adianta ficar falando e
1157 falando, o que importa é tomar uma atitude rápida para que se comecem,
1158 realmente, os trabalhos de recuperação das nascentes que foram atingidas.”
1159 **6) ENCERRAMENTO.** Presidente Clésio Cândido Amaral: “Antes de
1160 fazermos o encerramento, o Ângelo, superintendente da Supram
1161 Jequitinhonha, na próxima reunião da URC, vai fazer uma apresentação
1162 sobre a DN 213, que foi editada no início deste ano. Ela versa sobre a
1163 questão da municipalização dos empreendimentos de impacto local. É uma
1164 coisa mais ampla, mais abrangente, então, nós vamos trazer isso para a
1165 próxima reunião.” Conselheiro José Otoni Alves Campos: “Antes de terminar,
1166 senhor presidente, eu só quero dar, mais uma vez, os parabéns ao Dr. Luiz
1167 Gustavo, porque ele é o quarto promotor que passa aqui nesta Supram,
1168 neste Conselho, e é o único que até hoje, de fato, assumiu e buscou para si
1169 a responsabilidade. Parabéns, doutor, o senhor está assumindo essa
1170 responsabilidade. Eu acho que é questão de mediação mesmo, e ninguém
1171 melhor do que a promotoria, do que você, para resolver esse problema.”
1172 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Na próxima reunião, nós teremos como
1173 item de pauta a apresentação sobre a DN 213, de impacto local, e eu dou
1174 por encerrada a reunião de hoje. Obrigado a todos.”

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Clésio Cândido Amaral
Presidente da URC Jequitinhonha